

CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DO RISCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)

RISCOS
E C A T Á S T R O F E S

||U

ESTRUTURAS EDITORIAIS

Série Riscos e Catástrofes

Estudos Cindínicos

ANTIGOS DIRETORES | FORMER MAIN EDITORS

Luciano Lourenço

Universidade de Coimbra

DIRETOR PRINCIPAL | MAIN EDITOR

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra

DIRETORES ADJUNTOS | ASSISTANT EDITORS

Adélia Nunes, Bruno Martins, João Luís Fernandes | António Vieira

Universidade de Coimbra

Universidade do Minho

ASSISTENTE EDITORIAL | EDITORIAL ASSISTANT

Fernando Félix

Universidade de Coimbra

COMISSÃO CIENTÍFICA | EDITORIAL BOARD

Ana Meira Castro

Instituto Superior de Engenharia do Porto

Angela Santos

Universidade de Lisboa

António Duarte Amaro

Escola Superior de Saúde do Alcoitão

António Betâmio de Almeida

Instituto Superior Técnico

Cristina Queirós

Universidade do Porto

Felícia Fonseca

Instituto Politécnico de Bragança

Fernando Granja Martins

Universidade do Algarve

Helena Fernandez

Universidade do Algarve

Humberto Varum

Universidade de Aveiro

José Simão Antunes do Carmo

Universidade de Coimbra

Maria José Roxo

Universidade Nova de Lisboa

Mário Talaia

Universidade de Aveiro

Miguel Castro

Instituto Politécnico de Portalegre

Paulo Nossa

Universidade de Coimbra

Romero Bandeira

Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Porto

Tomás de Figueiredo

Instituto Politécnico de Bragança

Antenora Maria da Mata Siqueira

Universidade Federal Fluminense, Brasil

Carla Juscélia Oliveira Souza

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Esteban Castro

University of Newcastle, Reino Unido

José António Vega

Centro de Investigación Forestal de Lourizán, Espanha

José Arnaez Vadillo

Universidad de La Rioja, Espanha

Lidia Esther Romero Martín

Universidad Las Palmas de Gran Canaria, Espanha

Maria Augusta Fernández Moreno

Universidad Católica do Equador, Equador

Miguel Castillo Soto

Universidad do Chile

Mohammed El-Fengour

University of Rabat, Marrocos

Monserrat Díaz-Raviña

Inst. de Investigaciones Agrobiológicas de Galicia, Espanha

Norma Valencio

Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Ricardo Alvarez

Florida Atlantic University, Estados Unidos da América

Teresa da Silva Rosa

Universidade Vila Velha, Brasil

Virginia Araceli García Acosta

Universidad Nacional Autónoma de México

Xavier Ubeda Cartaña

Universidad de Barcelona, Espanha

Yvette Veyret

Université Paris X, França

CONTRIBUTOS DA SOCIEDADE PARA A REDUÇÃO DO RISCO EM POPULAÇÕES VULNERÁVEIS

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO
LUCIANO LOURENÇO
(COORDS.)



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

IMAGEM DA CAPA

Imagem de Chil Vera por Pixabay

PRÉ-IMPRESSÃO

Fernando Félix

EXECUÇÃO GRÁFICA

KDP

ISBN

978-989-26-2545-4

ISBN DIGITAL

978-989-26-2546-1

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2546-1>

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	9
Conflito e pobreza: que relação? Maria Clara Oliveira	13
Quem define quem é vulnerável – um comparativo entre mapeamentos de vulnerabilidades e riscos Júlia Boelter Nickel e Lindberg Nascimento Júnior	33
Perfil de populações vulneráveis a desastres na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, Brasil Leandro Torres Di Gregorio e Carlos Alberto Pereira Soares	55
Cambio climático, derecho y vulnerabilidad social. El riesgo de inundación en el Gran Buenos Aires / Gran La Plata, Argentina Besalú Parkinson, Inés Camilloni, Cecilia Hidalgo e Claudia E. Natenzon	77
Elementos para um seguro adequado no caso das cheias: o caso do rio Vez Glória Gonçalves e Maria Augusta Fernandez Moreno	117
Catástrofes no Brasil: ponto de rutura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência? Norma Valêncio	137
Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal) Maria Jorge Ferro, Fátima Velez de Castro e Vera Barata	163
Democracia em confinamento ou uma nova era de cidadania digital? Cidades, envolvimento cívico e orçamentos participativos em tempos de pandemia Miguel Silva Graça	189
Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa Luis Mendes	215
Vulnerabilidad social de las mujeres afrodescendientes frente a situaciones de amenaza en Colômbia Olga Lissette Sierra Bonilla e Yolanda Teresa Hernández Peña	247

SUMÁRIO

Entre o universal e o singular: a importância do particular para o enfrentamento dos desastres em Campos dos Goytacazes Adriana Soares Dutra e Juliana Thimóteo Nazareno Mendes	261
Catadores e catadoras de materiais recicláveis em Rondonia. Entre a marginalidade e a integração social Maria Madalena Ferreira, Monica G. Monteiro Feitosa e Lúcio Cunha	285
Entre ganhos e perdas: a trajetória social dos trabalhadores rurais sem-terra em territórios do agronegócio canavieiro no Brasil Rosemeire Aparecida Scopinho e Thainara Granero de Melo	303
Quando caem os astros: riscos, catástrofes e paisagens de desespero Reginaldo José de Souza, Eliezer Bosa e Nubia Steffanea Alves Lemos	328
CONCLUSÃO	351

PREFÁCIO

Como é sabido, as populações mais vulneráveis são sempre as mais afetadas, quando qualquer tipo de risco se manifesta.

Ora, até aqui não há nada de novo, pois todos sabemos bem que a penúria económica leva a que determinadas populações se instalem em locais menos favoráveis a essa instalação e, por conseguinte, sendo mais desfavorecidos, tornam-se mais suscetíveis às consequências das plenas manifestações de riscos, quer estas tenham origem em fenómenos da natureza, quer a sua génese seja, direta ou indiretamente, provocada pelo ser humano, isto é, de causa antrópica.

Deste modo, tanto a sociedade como, em particular, o poder político têm obrigação de contribuir para a redução dos vários tipos de riscos que podem atingir as populações, especialmente as mais vulneráveis.

Esta obra, ao dedicar-se ao tema, deve ser entendida como um produto da sociedade do conhecimento que, através da exemplificação de casos práticos estudados pelos autores, visa colaborar nesta difícil tarefa da redução do risco.

O livro começa por apresentar quatro textos, que servem de enquadramento ao problema, para, depois, dar conta de dez situações concretas, pois nada melhor do que percorrer o território para verificar como as manifestações dos riscos se materializam e nele observar como as populações mais vulneráveis são as mais atingidas pela manifestação de riscos.

Os dez exemplos destas diferentes situações ajudam a compreender não só como a vulnerabilidade faz parte do risco, mas também, e sobretudo, como a chamada vulnerabilidade social, que deveríamos chamar antes de fragilidade social ou, porventura, de sensibilidade social, por corresponder às características intrínsecas dos elementos que constituem uma determinada sociedade, faz ampliar as consequências da manifestação do risco, ou seja, os danos causados pela exposição a um determinado processo, seja ele de natureza física ou humana.

Com efeito, só conhecendo os riscos os poderemos prevenir, evitando a sua manifestação, quando possível, e, quanto tal não é possível, reduzindo a extensão dos danos, isto é, dos efeitos nocivos que a manifestação de um qualquer processo pode provocar.

Não tendo dúvidas de que este volume da série Riscos e Catástrofes contribui para aumentar o conhecimento da sociedade sobre a manifestação de alguns riscos, estou também certo de que aumentará o conhecimento da sociedade sobre a redução do risco e, desta forma, será outro dos possíveis contributos da sociedade para a redução do risco em populações vulneráveis.

Goulinho, 18 de novembro de 2023

Luciano Lourenço

INTRODUÇÃO

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, NICIF, RISCOS e CEIS20 (Portugal)

Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo

ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

Em 2019, a RISCOS deu à estampa o volume “*Catástrofes Antrópicas. Uma Aproximação Integral*”, coordenado por Luciano Lourenço e Fátima Velez de Castro. Na altura, constatava-se que havia necessidade de se produzir uma obra onde fossem sistematizadas dimensões particulares de fenómenos cindínicos no âmbito tecnológico e social, cuja produção e divulgação científica vinha decorrendo de forma dispersa. Numa lógica interdisciplinar, reuniu-se um conjunto de estudos de autoras e autores de diversas áreas científicas, cujas visões epistemológicas e metodológicas diferenciadas, permitiram dar pistas para linhas investigação futuras.

Tal ponto de partida deu origem a este livro, que agora se publica, e que se foca sobretudo na diversidade e complexidade contextual dos riscos sociais, apresentando, como o próprio título indica, “*Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*”. São catorze capítulos sobre temas diversos, onde se reflete sobre casos concretos de populações em risco, adstritas a territórios com fragilidades estruturais.

A obra inicia-se com o capítulo “*Conflito e pobreza: que relação?*” e Maria Clara Oliveira, onde se discute o nexos que se estabelece entre pobreza e conflito. A autora sistematiza o debate em torno das consequências dos conflitos armados na pobreza, examinando esta relação do ponto de vista institucional, a nível microeconómico e também a nível sistémico. Segue-se uma reflexão sobre “*Quem define quem é vulnerável – um comparativo entre mapeamentos de vulnerabilidades e riscos*”, da autoria Júlia Nickel e Lindberg Nascimento Júnio, que realizaram a análise da convergência entre os resultados de dois índices de vulnerabilidade social para o estado de Santa Catarina (Brasil), através de uma carta síntese em escala municipal. O resultado desta investigação apontou para a dificuldade de concordância, a qual revela insuficiência da utilização de índices isolados para o mapeamento dessas populações. Leandro Torres Di Gregório e Carlos Soares apresentam o “*Perfil de*

populações vulneráveis a desastres na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro-Brasil”, trabalho que tem como objetivo traçar um perfil das populações vulneráveis a catástrofes na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, a partir da pesquisa de campo efetuada com desabrigados no município de São José do Vale do Rio Preto, após o desastre de 2011, o terceiro maior do Brasil em número de mortes. No capítulo seguinte, intitulado “*Cambio climático, derecho y vulnerabilidad social. El riesgo de inundación en el Gran Buenos Aires / Gran La Plata, Argentina*”, escrito por Aurora Parkinson, Inés Camilloni, Cecilia Hidalgo e Claudia Natenzon, é trazido ao debate o tema das alterações climáticas, confrontando-se as dinâmicas ambientais com os dispositivos que os seres humanos utilizam para planejar e ordenar o mundo social. O uso de leis e de regulamentos nem sempre vai ao encontro das necessidades das populações mais vulneráveis, o que acaba por gerar situações de conflito. Já Glória Gonçalves e Maria Augusta Moreno apresentam “*Elementos para um seguro adequado no caso das cheias: o caso do rio Vez*”. As autoras fazem a identificação geográfica dos centroides das cheias, a partir da localização geográfica de indivíduos em situação de vulnerabilidade socioambiental, levando-as a propor elementos mais precisos para a definição de apólices mais justas, quer para as seguradoras, quer para os grupos populacionais em perigo. Segue-se o trabalho “*Catástrofes no Brasil: ponto de rutura ou de culminância da produção socioespacial da inexistência?*” da autoria de Norma Valêncio, que discorre sobre a definição de “catástrofe”, a qual pode apresentar uma conotação ambígua, uma vez que, concomitantemente, denota uma variação entre rutura e continuidade. Partindo do debate sociológico recente sobre essas duas facetas das catástrofes, a autora faz uma reflexão para o caso brasileiro. “*Os Territórios do Medo – a Dimensão social do Risco depois do fogo. Os incêndios de outubro de 2017 na Pampilhosa da Serra (Portugal)*” é o capítulo apresentado por Maria Jorge Ferro, Fátima Velez de Castro e Vera Barata. As autoras propõem-se discutir aspetos psicológicos e relacionais que assentam em conseqüências inesperadas, decorrentes de uma situação de risco misto, neste caso os incêndios de 2017, na Pampilhosa da Serra, Portugal. Pretende-se compreender os mecanismos do medo, do stress pós-traumático e do apego das populações afetadas, e de como tal se reflete na relação com o território, com o propósito de abrir caminhos para a compreensão deste tipo de

fenómenos cindínicos, do ponto de vista social, com vista ao desenvolvimento de possíveis ações de suporte, apoio e remediação após a catástrofe, nas comunidades afetadas. Miguel Silva Graça apresenta o trabalho *“Democracia em confinamento ou uma nova era de cidadania digital? Cidades, envolvimento cívico e orçamentos participativos em tempos de pandemia”*, onde o autor defende que no campo da participação cidadã, o “Orçamento Participativo” tem vindo a conquistar uma posição de referência mundial nos últimos 30 anos. Todavia, a emergência sanitária causada pela doença COVID-19, teve uma repercussão gigantesca nos processos participativos, e especialmente aqueles que dependem de interações presenciais, causando impactos negativos no acesso às pessoas mais desfavorecidas, vulneráveis ou sub-representadas. Portugal não foi exceção e, neste capítulo, o autor faz uma reflexão sobre o fenómeno. Também à escala nacional, Luis Mendes discute o tema da *“Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa”*, tendo em conta o fato da cidade de Lisboa, de 2009 e 2019, ter vivido um pico de projeção internacional enquanto destino turístico, ao mesmo tempo que o seu mercado de habitação atraiu dinâmicas globais de procura e de investimento estrangeiro, que fomentou a gentrificação, turistificação e financeirização da habitação. Tal fato tem vindo a agudizar o processo de despovoamento do centro histórico, colocando em risco a sustentabilidade social deste território. Já no caso da América Latina, Olga Bonilla e Yolanda Peña são as autoras de *“Vulnerabilidad social de las mujeres afrodescendientes frente a situaciones de amenaza en Colômbia”*. Este capítulo apresenta uma reflexão sobre a dimensão histórica da vulnerabilidade na interseccionalidade das mulheres afro na Colômbia, contribuindo para a discussão atual sobre a construção de territórios e grupos sociais com poucas capacidades para enfrentar os desafios de um mundo em mudança. *“Entre o universal e o singular: a importância do particular para o enfrentamento dos desastres em Campos dos Goytacazes”*, é o trabalho de Adriana Dutra e Juliana Mendes, onde são apresentados elementos relativos à perceção de riscos e de catástrofes relacionados com a água, assim como formas de enfrentamento adotadas por moradores de Campos dos Goytacazes, Brasil. Segue-se o capítulo *“Catadores e catadoras de materiais recicláveis em Rondônia. Entre a marginalidade e a integração social”*, de Maria Madalena Ferreira, Mónica Feitosa e Lúcio Cunha. Os autores

procuram demonstrar os resultados de pesquisas sobre “catadores e catadoras” realizadas em Porto Velho, Rondônia. O exercício da função destas pessoas é permeado de conflitos interpessoais, exclusão socioeconômica, discriminação junto das comunidades onde realizam a coleta diária, pelo que é defendido o acesso aos benefícios e políticas públicas inclusivas. Rosemeire Scopinho e Thainara Melo apresentam o trabalho “*Entre ganhos e perdas: a trajetória social dos trabalhadores rurais sem terra em territórios do agronegócio canavieiro no Brasil*”, onde refletem sobre a questão social dos trabalhadores rurais das agroindústrias canavieiras, uma das mais importantes na produção de commodities, nomeadamente sobre a trajetória social dessa população, em busca de melhores condições de vida. Entre ganhos e perdas, permanecem os riscos e a insegurança sobre a posse da terra e a vulnerabilidade social. A obra termina com o capítulo de Reginaldo Souza, Eliezer Bosa e Nubia Lemos, intitulado “*Quando caem os astros: riscos, catástrofes e paisagens de desespero*”, o qual tem como objetivo analisar, a partir dos traumas psicológicos e paisagísticos, uma tragédia ocorrida no município brasileiro de Brumadinho, estado de Minas Gerais. Os autores problematizam os impactos psicológicos de quem sobreviveu, o que pode ser algo a ser considerado nas análises geográficas sobre a transformação ou produção do espaço, como mercadoria na economia atual.

Esperamos que a leitura deste livro possa contribuir para o debate temático de contextos de risco de populações vulneráveis, abrindo caminho para a construção de territórios mais seguros.

ENTRE GANHOS E PERDAS: A TRAJETÓRIA SOCIAL
DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA EM
TERRITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO
NO BRASIL

GAINS AND LOSSES: THE SOCIAL TRAJECTORY
OF LANDLESS RURAL WORKERS IN THE
SUGARCANE AGRI-BUSINESS AREAS IN BRAZIL

Rosemeire Aparecida Scopinho

Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas (Brasil)
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
0000-0002-2771-4770 scopinho.rose@gmail.com

Thainara Granero de Melo

Pontifícia Universidade Católica do Paraná (Brasil)
Escola de Medicina e Ciências da Vida, Curso de Psicologia
0000-0001-9898-1289 thainaragm@gmail.com

Sumário: No Brasil, a questão social dos trabalhadores rurais das agroindústrias canavieiras, uma das mais importantes na produção de *commodities*, é objeto de pesquisas há décadas. Desde os anos sessenta, migrantes de várias partes do país, expulsos do campo pela seca, fome ou violência, nelas trabalham em precárias condições. Nos anos noventa, a mecanização e informatização das lavouras provocou desemprego estrutural que os fez ingressarem na luta social pela reforma agrária. Refletimos sobre a trajetória social desses trabalhadores em busca de melhores condições de vida. Entre ganhos e perdas, permanecem os riscos da insegurança sobre a posse da terra e a vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Risco psicossocial, vulnerabilidade social, assentamento de reforma agrária.

Abstract: In Brazil, scholars have scrutinized the social issues of rural workers in the sugarcane sector - one of the country's most influential commodity industries - for decades. Since the 1960s, migrants from various parts of the country, driven from the countryside by drought, hunger, or violence have been working in this sector under precarious conditions. In the 1990s, the mechanization of sugarcane agri-business areas caused structural unemployment, making many workers join the land reform struggle. We reflect upon the social trajectory of these workers in their search for better conditions of life. We suggest that the risks of insecurity related to land tenure and social vulnerability remain between gains and losses.

Keywords: Psychosocial risks, social vulnerability, agrarian reform settlement.

Introdução

Em maio de 1984 acontecia em Guariba, município localizado no Estado de São Paulo, uma das mais notáveis greves de trabalhadores rurais do Brasil. Cerca de 5000 trabalhadores denunciavam as condições de trabalho a que eram submetidos no corte da cana-de-açúcar, muitas análogas à escravização. Enquanto o evento resultou em conquistas importantes, como a definição do piso salarial e a regulamentação de direitos trabalhistas, a superexploração permanecia como um dos “*elos das correntes invisíveis*” (Silva, 2005, p. 31) que atam as relações de trabalho no setor. É o que constatava José¹ quase 20 anos após a greve, ao migrar para São Paulo para trabalhar no corte da cana: “*Eu ficava imaginando aqueles velhinhos que mal conseguiam ganhar uma diária, sentados em cima do garrafão, às cinco horas da manhã. Eu imaginava: [isso] vai chegar em mim também*”. José e outros milhares de migrantes buscaram romper alguns destes elos ao ingressarem no movimento de luta pela reforma agrária para conquistar melhores condições de vida sobre uma porção de terra.

¹ Pseudônimo escolhido por nós.

Para estudiosos da temática dos riscos e vulnerabilidade nos territórios canavieiros, esse quadro retrata uma condição associada à desigualdade socioambiental, expondo os sujeitos às inúmeras situações de agravo, como a pobreza (Rocha *et al.*, 2007) e o engessamento do território (Pereira e Beiler, 2020), o desmatamento, degradação dos solos e contaminação do ar e das águas (Barbalho e Campos, 2010), o adoecimento físico e psíquico (Rocha *et al.*, 2010; Roscani *et al.*, 2017), a desarticulação de políticas públicas (Jordão e Moretto, 2015) e a falta de participação dos trabalhadores na gestão da produção (Sousa, 2010), e os conflitos socioculturais (Gurgel *et al.*, 2022). Embora a literatura tenha evidenciado os aspectos demográficos e localizados dos riscos, ainda reluta em debater os processos históricos e políticos mais amplos que (re)produzem a vulnerabilidade desde o período colonial brasileiro (Acselrad, 2006; Valencio *et al.*, 2011). Ao mesmo tempo, as trajetórias dos diferentes grupos sociais em distintos territórios, que constituem de modo decisivo as experiências cotidianas de desigualdade em meio a tais condições socioeconômicas e ambientais, são pouco visibilizadas na produção internacional sobre a vulnerabilidade (Brown, 2020).

O objetivo deste capítulo é o de refletir sobre a trajetória social de um tipo específico de trabalhador rural que de cortador de cana-de-açúcar passou a ser assentado de reforma agrária na região de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, Brasil. A trajetória desses sujeitos ganha importância sociológica na medida em que ela tem sido vivenciada em uma das mais importantes regiões agrícolas do país, onde a agroindústria canavieira tem se destacado tanto pelos arranjos produtivos de alta tecnologia que lhes conferem elevados índices de produtividade e competitividade no mercado internacional de *commodities*, quanto pelos impactos socioambientais negativos gerados. No final dos anos de 1990 esses trabalhadores, desempregados pela crescente mecanização das lavouras de cana, enfrentaram o poder político e econômico dos proprietários de terras e de usinas, que descumpriam o preceito constitucional da função social da terra, e engajaram-se na luta social pela reforma agrária que se estabelecia com força no país desde meados dos anos oitenta.

Para atingir o objetivo proposto, pautamo-nos na experiência de ensino, pesquisa e ação comunitária realizada no âmbito do Nuestra – Núcleo de Estudos

Trabalho, Sociedade e Comunidade, grupo de pesquisa filiado ao Departamento de Psicologia da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos, Brasil, cujos projetos desenvolvidos na referida região têm contribuído para a formação de graduandos em Psicologia e de mestres e doutores em Psicologia e Sociologia². Resgatamos a produção científica produzida pelos pesquisadores do Nuestra e de outros autores sobre o tema tratado neste capítulo à luz de uma perspectiva processual e relacional de vulnerabilidade (Acsehrad, 2013) e do conceito de trajetória social, cujo sentido vai além de uma construção individual dos sujeitos, dos projetos de vida que eles procuram tornar realidade (Bourdieu, 2008). Argumentamos, primeiro, que as trajetórias sociais são importantes para historicizar e politizar os processos sociais de vulnerabilização dos trabalhadores rurais nos territórios do agronegócio canavieiro. Segundo, que as trajetórias e os deslocamentos destes trabalhadores no espaço social, como agentes e sujeitos coletivos em disputa, contribuíram para construir disposições e informar tomadas de posição que os inseriram em redes de relações e de significados, transformando (ou não) as suas condições históricas e singulares de vulnerabilização. Nesse mesmo sentido, como ensina o pensamento feminista, as trajetórias nos habilitam a entender a vulnerabilidade enquanto um fenômeno heterogêneo, sempre situado e frequentemente invisibilizado em determinados grupos sociais (Collins, 1986; Haraway, 1988), exigindo atenção aos eixos contextuais de opressão e diferenciação (Sultana, 2021). Ao mesmo tempo, nós só poderemos fazer justiça às trajetórias que constituem ou desafiam a vulnerabilidade se nos atentarmos também aos processos históricos e territoriais mais amplos de desigualdades (Brown, 2020).

No Brasil, embora as regiões canavieiras sejam geograficamente delimitadas pelas denominações Norte-Nordeste e Centro-Sul, as quais possuem características distintas em termos de relevo, clima, períodos de safra e entressafra, relações sociais e culturais, também estão interligadas pelos fluxos

² Tais projetos caracterizam-se pela diversidade e pela transversalidade dos temas e problemas e, conseqüentemente, das arquiteturas conceituais e metodológicas para tratá-los. Porém, eles podem ser reunidos sob quatro grandes eixos temáticos inter-relacionados, a saber: o do trabalho precário e incerto, o das políticas públicas de controle da pobreza, o da desigualdade social mantida e reproduzida e o da invenção cotidiana de estratégias elaboradas pelos trabalhadores, individual e/ou coletivamente, para sobreviver.

migratórios de força de trabalho, pelos processos de transferência de tecnologia, pelas relações estabelecidas com o Estado e com o mercado, entre outras questões. Por isso, apoiamos-nos no conceito de região proposto por F. de Oliveira (1986) e M. Santos (1997), o qual não se restringe aos limites puramente geográficos mas considera, sobretudo, os critérios de natureza política e econômica na sua definição. M. Santos (1997) afirma que o conceito de região puramente geográfico não considera o papel do Estado e a existência das classes sociais, podendo ainda passar a falsa impressão de que cada área geográfica funciona com lógica própria, autônoma e independentemente em relação à totalidade de um país e do mundo. Segundo o autor, a noção de região puramente geográfica não resiste às novas formas assumidas pela internacionalização do capital: “*Uma região é, na verdade, o locus de determinadas funções da sociedade total em um momento dado*” (M. Santos, p. 66). F. de Oliveira (1986, p.27) propõe: “[...] *um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral*”. Também acionamos um segundo conceito: o de território. Desde uma perspectiva latino-americana (López Sandoval *et al.*, 2017; Haesbaert, 2020), o território tem como marca a pluralidade dos sujeitos e dos espaços-poder construídos entre a dominação hegemônica e a apropriação/resistência. Configura-se, portanto, como condição própria de existência e reivindicação de diferentes grupos sociais subalternos, não se limitando à uma categoria analítica e normativa. Assim, entender os processos de vulnerabilização, engendrados no país pela exploração, o racismo e a desigualdade socioambiental, requer uma visada política sobre o território e as complexas lutas entre capitalistas, Estado e trabalhadores rurais sem-terra, cujas trajetórias sociais são impossíveis de serem analisadas de forma homogênea.

No primeiro tópico deste capítulo tratamos, então, das condições concretas que tornaram esses trabalhadores produto e produtores dos processos políticos e econômicos que engendraram a trajetória social em análise. No segundo, analisamos o território onde eles se fixaram por meio da luta social pela reforma agrária, na tentativa de reconstruir a vida e melhorar as suas condições de existência.

Modernidade ... para quem?

No Brasil, a agroindústria canavieira remonta aos tempos coloniais quando, no século XVI, surgiram os primeiros engenhos no país cuja produção de cana e de açúcar combinava o uso de escravizados, para o trabalho braçal e pesado, e de trabalhadores livres, que exerciam as funções mais especializadas na produção do açúcar e na administração do engenho. Em meados do século XIX, a transformação dos engenhos em usinas foi marcada, principalmente, pela modernização dos processos produtivos com o apoio dos subsídios estatais (Santos, 2017; Rodrigues e Ross, 2020).

Na região Centro-Sul, o plantio de cana-de açúcar em larga escala tomou corpo a partir dos anos de 1930 com a crise da cafeeicultura, quando o Estado criou instituições para regular os preços e controlar a produção e a comercialização da cana e de seus derivados. A economia canavieira dinamizou-se ainda mais nos anos de 1960, quando os Estados Unidos boicotaram a economia cubana devido à mudança do regime político e tornaram o Brasil mercado preferencial para a importação do açúcar. Entretanto, foi nos anos de 1970, com a criação do Proálcool – Programa Nacional do Álcool, que a agroindústria canavieira ganhou importância crucial, principalmente na região Centro-Sul, mais especificamente na região de Ribeirão Preto que se tornou a maior produtora de cana, açúcar e álcool do país. Criado em 1975 como alternativa energética para a crise do petróleo de 1973, o Programa recebeu fartos subsídios governamentais que possibilitaram o crescimento exponencial da área plantada com cana-de-açúcar, dos índices de produtividade da cana, do açúcar e do álcool combustível, obtidos por meio de investimentos em ciência e tecnologia de produção e do uso da força de trabalho assalariada e temporária, principalmente na fase da colheita da cana.

Para o que importa discutir neste capítulo, este período foi marcado pelo vertiginoso crescimento numérico da categoria de trabalhadores assalariados rurais temporários, conhecidos como boias-frias³, dado que as atividades de plantio e tratos

³ Assim denominados os trabalhadores rurais volantes, sem vínculo empregatício, com longas jornadas de trabalho que se iniciam de madrugada, que levam consigo e fazem as refeições no próprio local trabalho. A expressão é utilizada no cotidiano com vieses preconceituosos, porém, este é um conceito que designa a origem e a condição desses sujeitos sociais (M. da C. D’Incao e Mello, 1978; O. Ianni, 1976).

culturais da cana eram parcialmente mecanizadas, porém, a colheita era totalmente manual (O. Ianni, 1976; T. Szmrecsányi e E. P. Moreira, 1991; Rodrigues e Ross, 2020). Como a proporção de trabalhadores contratados na safra e na entressafra era de 2:1, respectivamente, os cortadores de cana tornaram-se nacionalmente conhecidos não apenas pelas relações de trabalho temporárias e pelas condições de trabalho extremamente precárias, mas também pelas inúmeras greves por meio das quais eles conquistaram, pelo menos, o direito ao trabalho formal e regulamentado de acordo com as leis trabalhistas brasileiras vigentes na época.

Com a abertura econômica e política iniciada no país em meados da década de 1980, nos anos de 1990 o setor passou por um processo de desregulamentação estatal e a economia sucroalcooleira passou a obedecer às regras da livre concorrência dos mercados globalizados. A conquista de direitos trabalhistas e sociais, que tornou a força de trabalho mais cara, e o corte dos subsídios estatais intensificaram o movimento de reestruturação produtiva do setor iniciado nos anos sessenta com a Revolução Verde. A “modernização” foi baseada na incorporação de tecnologias mecânicas, de base microeletrônica e de informação em todas as fases do processo produtivo e na introdução de métodos de gestão empresarial híbridos inspirados nos modismos gerenciais da época. A partir de então, o desemprego estrutural tem afetado, principalmente, os trabalhadores rurais, dado que os índices de mecanização da colheita da cana são crescentes. Segundo informações da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, em 2002 o índice de mecanização da região Centro-Sul era de 98,5% e o da região Nordeste 26,6%. No estado de São Paulo, epicentro da produção canavieira na região Centro-Sul, os índices saltaram de 47,6% na safra 2008/09 para 99,3% na safra 2022/23 (Brasil, 2022a).

Em síntese, desde os tempos coloniais até os anos recentes, o desenvolvimento da economia sucroalcooleira foi marcado por fases e faces distintas. Da agromanufatura passando pelo complexo agroindustrial da cana até chegar ao setor sucroenergético, como tem sido denominado, do protecionismo estatal até a desregulamentação, as marcas constantes apontadas pela literatura especializada são as precárias relações e condições de trabalho e a vulnerabilidade social dos trabalhadores que tem sido reproduzida e mantida ao longo dos tempos. Porém, o recorte temporal e ponto de partida da reflexão proposta neste capítulo são os acontecimentos a partir de

meados dos anos setenta com a implantação do Proálcool, o mais importante programa governamental de subsídios e fomento à economia sucroalcooleira, que tornou a região de Ribeirão Preto conhecida como a capital nacional da produção de cana, de açúcar e de álcool.

Em meados da década de oitenta, as consequências socioambientais da intensificação do processo de expansão e de reestruturação do setor sucroalcooleiro devido à implantação do Proálcool chamou a atenção da sociedade brasileira para alguns aspectos da realidade trabalhista e social que se configurou neste setor. As péssimas condições de vida e de trabalho dos boias-frias eram, constantemente, noticiadas nos jornais e telejornais da época e eram confirmadas por quem circulava pelas rodovias que cortavam os canaviais e pelos bairros periféricos das cidades-dormitórios⁴. Um intenso fluxo migratório de trabalhadores oriundos de regiões mais pobres (Vale do Rio Jequetinhonha – MG e interior do estado do Paraná, por exemplo) e de outras que, além da seca e da pobreza, também tinham tradição na cultura canieira (Zona da Mata dos estados de Alagoas e Pernambuco). Os sindicatos denunciavam as péssimas condições de moradia e de saúde dos trabalhadores nas cidades-dormitório e, principalmente, daqueles que eram mantidos nos alojamentos das usinas onde era comum a ocorrência de surtos de doenças infectocontagiosas, tais como o sarampo por exemplo (Pinheiro, 1989). Neste período, a região ficou conhecida como a Califórnia brasileira, devido aos expressivos índices do PIB – Produto Interno Bruto que se assemelhavam aos da Califórnia americana. Porém, o PIB contrastava com os índices de vulnerabilidade social e pobreza dos trabalhadores e com o processo de favelização das cidades, o que inspirou a denominação Califórnia à brasileira (Novaes, 1991).

Os dados epidemiológicos e as denúncias sindicais levaram pesquisadores e profissionais da Universidade de São Paulo, *campus* de Ribeirão Preto, a organizar uma agenda de pesquisa que pudesse esclarecer a relação entre o perfil de adoecimento dos trabalhadores e a organização dos processos de trabalho. Entre os trabalhadores das

⁴ Pequenos municípios da região de Ribeirão Preto, cuja população cresceu, vertiginosamente, com a implantação do Proálcool e onde os trabalhadores, geralmente migrantes, instalavam-se precariamente durante a safra da cana-de-açúcar.

usinas-destilarias, as cargas laborais presentes no ambiente de trabalho provocavam surdez ocupacional, intoxicações por produtos químicos, doenças pulmonares como a pneumoconiose devido à inalação do bagaço da cana moída, graves acidentes de trabalho, entre outras doenças ocupacionais caracterizadas na legislação trabalhista da época. No corte da cana, os trabalhadores padeciam de doenças inespecíficas, tais como problemas osteomusculares, alergias respiratórias e dermatológicas, hipertensão, cefaleia, cortes e contusões nos membros inferiores e superiores provocados pelos instrumentos de trabalho. Apesar de inespecífico, a relação deste padrão de adoecimento com a forma de organizar o trabalho do corte da cana é inequívoca, porque decorre da interação do trabalhador com as cargas laborais presentes no ambiente de trabalho (poeira, movimentos repetitivos, exposição ao sol, uso de instrumentos de trabalho cortantes, envenenamento por picadas de animais peçonhentos, por exemplo) sem a proteção de equipamentos adequados. Além disso, os acidentes rodoviários de trajeto faziam dezenas de vítimas, fatais ou não, que impediam de trabalhar, definitiva ou temporariamente, e deixavam graves sequelas psicossociais nas famílias porque os trabalhadores rurais eram transportados nas carrocerias de caminhões. Tanto na indústria como na lavoura, as longas jornadas de trabalho associadas às cargas nocivas do ambiente geravam intenso desgaste, adoecimento e mortes. Os impactos sociais da “modernização” sucroalcooleira eram agravados pelo descumprimento generalizado de direitos trabalhistas e sociais. As estratégias empresariais de gestão do trabalho e controle dos trabalhadores dificultavam as ações sindicais e, entre os trabalhadores, predominavam representações biologicistas e curativas sobre a relação saúde-trabalho (Pinheiro, 1992; Scopinho, 2003).

As inovações tecnológicas implantadas no processo produtivo não lograram solucionar os problemas e provocaram desemprego estrutural. Na indústria, a automação microeletrônica exigiu novas habilidades ao rejeitar a experiência prática dos operadores e, conseqüentemente, afetou a qualificação dos trabalhadores remanescentes (Eid *et al.*, 1998). O corte mecanizado da cana, implantado sob o argumento de evitar as queimadas para proteger o meio ambiente e melhorar as condições de trabalho dos boias-frias, gerou intensificação do trabalho dos operadores de colhedoras e novos padrões de adoecimento e acidentários, provocados pelo trabalho em turnos e noturno e pelo manuseio de máquinas pesadas (Scopinho *et al.*, 1999).

Na região canavieira Norte-Nordeste (especialmente a Zona da Mata que abrange os estados de Alagoas e Pernambuco) a “modernização” do setor foi avançando, embora mais lentamente do que na região Centro-Sul, dada a ausência de uma forte política de subsídios estatais para investir em tecnologia e a abundância de força de trabalho de baixo custo, o relevo acidentado, entre outros motivos (Rodrigues e Ross, 2020). Ainda que sejam regiões muito distintas, elas sempre tiveram correspondência devido ao processo de produção de conhecimento e de tecnologias que é mais acelerado no Centro-Sul, aos fluxos migratórios de força de trabalho, especializada ou não nos dois sentidos, às condições geográficas que dificultam a mecanização, às diferenças climáticas e até as culturais. Porém, nos anos noventa o protagonismo da região Centro-Sul na produção de cana e seus derivados provocou o fechamento falimentar de várias unidades produtivas no Norte-Nordeste e o deslocamento de capitais para a região Centro-Sul onde novas unidades produtivas foram instaladas (principalmente nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás) em outro patamar tecnológico que melhor posicionava os usineiros nordestinos no mercado internacional. Entre os fatores que motivaram este deslocamento encontram-se: a proximidade com o Estado de São Paulo que permitia a transferência de conhecimento e de tecnologias com menor custo, a abundância de terras planas e mecanizáveis e de força de trabalho, a ausência de leis ambientais protetivas e de movimentos sociais e sindical fortes.

Lima (2020) ao estudar os impactos da mecanização das lavouras de cana para os trabalhadores da Zona da Mata alagoana mostra que, entre 2008 e 2017, houve aumento de escolaridade e de remuneração para os operadores de máquinas. Porém, entre os trabalhadores manuais, houve envelhecimento da força de trabalho pois diminuiu a participação dos que possuíam menos de 30 anos, assim como também diminuiu a participação das mulheres nas atividades agrícolas. Santos (2017), ao estudar as estratégias de sobrevivência dos canavieiros alagoanos diante das transformações, mostra a combinação do trabalho formal durante a safra da cana com o trabalho informal nos períodos de entressafra, ambos em condições precárias porque não garantiam proteção social, e ainda com a renda obtida por meio da participação como beneficiários de programas governamentais de transferência de renda. Entretanto, mesmo combinando essas diferentes estratégias eles ainda

permaneciam em condições de extrema pobreza e miserabilidade porque a renda familiar não cobria as suas necessidades de consumo.

Para rebater às críticas sociais sobre o desemprego causado pelo modo como a mecanização das colheitas estavam sendo implementadas, as unidades produtivas localizadas nos estados das regiões Centro-Sul que concentravam a produção de cana promoveram uma política de requalificação dos desempregados do corte manual no sentido do seu reaproveitamento no corte mecanizado. Marques (2012) ao analisar as características do programa de qualificação profissional implantado em uma usina do estado de Minas Gerais realizado em parceria com o Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, mostra que os trabalhadores incluídos eram jovens com menos de 25 anos, escolarizados, a maioria solteiros, com experiência com trabalhos urbanos e com o manejo de máquinas agrícolas. Ocorre que este perfil é muito diferente do perfil do cortador manual de cana que estava sendo desempregado pela introdução das colheitadeiras mecânicas que, geralmente, é migrante, não escolarizado, portador de história ocupacional ligada aos trabalhos manuais e pesados. O programa incluía, além de aulas teóricas e práticas, uma expressiva carga de conteúdos comportamentais para desenvolver habilidades e competências relacionadas à adaptação dos trabalhadores à gestão empresarial. A autora aponta que, longe de ser uma ação para minimizar o desemprego, o discurso empresarial de qualificação dos desempregados não passava de retórica para a conquistar a simpatia do mercado e angariar recursos para investir em tecnologia poupadora de força de trabalho.

Esses estudos demonstraram que nem toda a tecnologia aplicada ao processo produtivo agroindustrial canavieiro – a mecanização, a automação microeletrônica e a gestão da força de trabalho pelos métodos da qualidade total – tem sido capaz de garantir a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e preservar adequadamente os recursos naturais. Pelo contrário, o resultado da implementação dessas inovações têm se traduzido em um conjunto de consequências socioambientais negativas, destacando-se entre elas o aumento do êxodo rural e a alteração dos seus fluxos, a concentração da terra e da renda, a inviabilidade da pequena produção de alimentos, o crescimento da urbanização desigual, a precariedade das relações e condições de trabalho, o desemprego estrutural, o aumento das doenças e as

alterações no padrão epidemiológico e de acidentes do trabalho, o aumento dos níveis de poluição do ar, da água e do solo.

Se os problemas concretos danificam a integridade biopsíquica e social dos trabalhadores, entre eles predominam representações biologicistas, individualistas e curativas sobre saúde-doença e também representações tecnicistas sobre a formação/qualificação necessária para a manutenção do seu emprego. Não por acaso, conforme argumenta Sousa (2010), a própria noção de risco para os trabalhadores do corte da cana é atravessada pelo discurso médico disciplinador, que desconsidera as condições e os recursos concretos que possuem os sujeitos para assumir as condutas tidas como seguras e saudáveis. Apesar das conquistas do movimento social dos trabalhadores canavieiros, bem como alguns avanços no plano organizativo-sindical que os projetaram na vanguarda do sindicalismo rural brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, não tem sido possível afirmar que houve melhoria nas condições de vida. A capital do agronegócio canavieiro convive com elevados índices de produtividade e com as denúncias de trabalho escravo e de mortes por exaustão (Alves, 2006; Novaes, 2007).

Ressignificando o trabalho na terra e a vida

Nas primeiras décadas do século XXI, o desemprego no Brasil cresceu de 11,1%, em 2002, para 13,5%, em 2020, segundo os dados oficiais do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o qual desconsidera os números referentes ao desemprego oculto pelo desalento. Na região de Ribeirão Preto, com a introdução das colheitadeiras de cana, a economia canavieira diminuiu, substantivamente, o grau de sazonalidade na ocupação da força de trabalho e passou a operar com um contingente de trabalhadores rurais relativamente fixo nos períodos de safra e entressafra. Sabe-se que uma colheitadeira substituiu, aproximadamente, 120 trabalhadores. Segundo Bacarin (2016), entre 2007 e 2014, o número médio mensal de trabalhadores canavieiros ocupados diminuiu 57%. Como os demais setores da economia já não absorviam os desempregados, a pobreza e a vulnerabilidade social crescentes motivaram vigorosos movimentos de ocupação de terras, como estratégia

de sobrevivência para milhares de famílias. Esta estratégia vinha sendo utilizada desde os anos de 1980, quando as primeiras ocupações realizadas em usinas falimentares e/ou terras públicas resultaram nos primeiros assentamentos rurais da região (Ferrante e Bergamasco, 1995).

As novidades na virada do século residiam no fato de que os movimentos de luta pela terra regionais ocorriam no contexto de alguns fatores coincidentes. O acelerado processo de mecanização das lavouras de cana deixou um grande contingente de desempregados que passou a demandar terras, oriundos de várias partes do país, concentrados na região pelos fluxos migratórios ocorridos com a expansão canavieira nos anos setenta. Desde meados dos anos oitenta foi crescendo uma mobilização nacional, com repercussões internacionais, em favor da reforma agrária e os processos de ocupação e de luta pela permanência na terra eram coordenados por movimentos sociais organizados que contavam com apoio de forças políticas e sociais, dentro e fora do país, destacando-se o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. De cinco assentamentos rurais contabilizados na região em 1989 (Ferrante e Bergamasco, 1995), em 2022, somavam 36 os projetos em andamento (Brasil, 2022b; São Paulo, 2022).

Principalmente a partir dos anos 2000, os assentamentos rurais passaram a ser considerados como alternativas não apenas para superar a crise de emprego como também para solucionar problemas de ordem ambiental relacionados à produção agropecuária, tornando-se objeto de investimento das políticas públicas e, sobretudo, campo de disputa de projetos de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, a partir de 2016, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff significou uma mudança radical nos diferentes setores das políticas públicas. A política econômica ultraliberal de ajuste e de cortes de gastos implantada desde então e, nos anos de 2020, os problemas oriundos da crise econômica e sanitária provocada pelo modo como o governo de Jair Bolsonaro (não) enfrentou a pandemia Covid-19 têm colocado em risco ainda maior as áreas de assentamentos que estavam ainda em fase de consolidação.

Dando continuidade ao balanço dos ganhos e perdas, nesta seção exploramos o território em que estes trabalhadores se fixaram por meio da luta pela reforma agrária. Entendemos que os trabalhadores, enquanto “*sujeitos das disputas territoriais*” (Acsegrad, 2010, p. 18) historicamente excluídos das políticas públicas,

ao reivindicarem o direito à terra, tensionaram os lugares sociais que legitimam a expropriação e as desigualdades associadas ao processo de acumulação capitalista do agronegócio canavieiro. Por outro lado, como mostram as condições de vida exploradas anteriormente, o acesso aos recursos ainda é distribuído de forma desigual no território, bem como os riscos que reforçam os processos de vulnerabilização deste grupo social. Três aspectos evidenciam essa dinâmica: (a) a forte pressão dos movimentos sociais dos trabalhadores sem-terra e setores da sociedade civil para o cumprimento dos direitos territoriais deste grupo; (b) a relação com as políticas públicas e os processos decisórios que sustentaram (ou não) os projetos socioeconômicos; (c) e o desigual e contraditório impacto desses processos na agroecologia e na cooperação, mecanismos destinados ao enfrentamento das injustiças socioambientais.

Uma primeira visada sobre as ocupações de terra na região, no início dos anos 2000, indica que os trabalhadores migrantes com passagens pelo corte manual da cana predominavam entre os demandantes de terra. Praticamente todos portavam uma trajetória de trabalho marcada pela informalidade dos vínculos, pela precariedade e pelo desemprego. Por exemplo, no Assentamento Sepé Tiaraju, localizado a 30 quilômetros de Ribeirão Preto, durante o período de ocupação da área os acampados migraram por 234 diferentes cidades em 20 estados, distribuídos entre as regiões sudeste, sul e nordeste. À condição de migrante somava-se o exercício de atividades em diversos setores e ramos da economia, formal e informal, urbano e rural, que não requeriam escolaridade e/ou qualificação, indicando a inserção em relações de trabalho sem o mínimo de garantia do cumprimento da legislação trabalhista e social (Scopinho, 2012).

Ao aderirem à luta pela terra, as famílias procuravam fugir desta condição, especialmente do cansaço e do desamparo causados pela migração contínua, pelo trabalho superexplorado, pela violência (real e/ou simbólica) cotidianamente vivida nas favelas e nos bairros pobres. Violências que, conforme Jones (2020) salienta, se interseccionam com o racismo e a xenofobia sofrido pelos trabalhadores racializados que migram da região nordeste para o corte da cana no sudeste do país. De fato, como Acselrad (2010) argumenta, a vulnerabilidade não poderá ser entendida isoladamente pela maior ou menor suscetibilidade das pessoas a um determinado

tipo de agravo. Trata-se, sobretudo, de uma relação histórica e socialmente construída em que desigualdade racial, injustiça social e degradação ambiental estão em constante articulação, assim como a luta social é o mecanismo encontrado para recriar estratégias de garantia da sobrevivência.

Os depoimentos sugerem que poucas famílias adentraram na luta pela terra por convicção política da necessidade de realizar a reforma agrária no país. A maior motivação era a possibilidade de voltar a viver em território próprio e dele extrair o necessário para o sustento, nele aglutinar os familiares dispersos pela necessidade de sobrevivência e viver tranquilamente. A mobilização social por intermédio do território pode tomar diferentes formas e, neste caso, envolveu uma espécie de “*biopolítica desde baixo*” (Haesbaert, 2020, p. 147), colocando como foco primordial a questão da vida e da própria existência por meio da posse da terra para cultivo com vistas à segurança alimentar e à proteção do meio ambiente. A experiência do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra buscou, assim, organizar as famílias na ocupação das áreas para exigir políticas públicas capazes de transformar a condição de vulnerabilidade, articulando diferentes organizações da sociedade civil, do poder público, igrejas e universidades no enfrentamento do agronegócio local.

A ação coletiva dos trabalhadores nas ocupações não só resultou no reconhecimento formal pelo Estado de cinco áreas para implantação de assentamentos na região de Ribeirão Preto, como mostra que a luta contra as iniquidades a partir do território estabilizou e instabilizou diferentes dinâmicas de vulnerabilização nas trajetórias sociais analisadas. Tomamos como exemplo os ganhos dos sujeitos obtidos com a possibilidade de enraizamento, moradia fixa, garantia de segurança alimentar e sentido de autonomia na forma de organizar o trabalho na agricultura. Enquanto alguns encontraram no território um meio de recuperar a saúde seriamente prejudicada pela experiência com trabalhos precários nos canaviais, outros reestabeleceram os laços perdidos com familiares, especialmente ameaçados pela migração ou pela violência anteriormente vivida nas periferias urbanas do entorno. Nos assentamentos, muitos também construíram novos sentidos ao trabalho rural por exercerem maior autonomia ao definir suas próprias regras, ritmos e práticas de trabalho em comparação com o modo de vida anterior, como aparecia na fala de um assentado: “*Trabalho o dia que eu quero [...], não tem patrão que manda. Para mim está bom demais*” .

Para além dos ganhos concretos e materiais que permitiram enfrentar as adversidades do cotidiano e melhorar as condições de vida, encontram-se os de natureza subjetiva representados pela possibilidade de participar e de militar no MST. Foi a partir do engajamento na luta social pela terra que esses trabalhadores tiveram a oportunidade de retomar os estudos pois adultos e crianças foram alfabetizados, participaram de inúmeros cursos de formação técnica, profissional e ideológica proporcionados pelos militantes com a colaboração de universidades e institutos de pesquisa agropecuária (Rezende, 2007). Eventos culturais especialmente pensados e coletivamente organizados configuraram-se como estratégias organizativas fundamentadas na valorização da cultura e no respeito à diversidade das tradições regionais existentes no Brasil (Angelucci, 2008; Pedrazolli Filho, 2015).

A própria vivência cotidiana foi, subjetivamente, enriquecida pela participação dos assentados nas inúmeras assembleias e reuniões com os agentes dos poderes públicos locais, estaduais e federais necessárias para debater e encaminhar ações para realizar o projeto de assentamento. Foi assim que os trabalhadores assentados aprenderam a dialogar com o Estado defendendo posições próprias, entenderam o que significa reforma agrária, políticas públicas, participação social, entre outros conceitos abstratos. Foi assim também que se criou uma rede de assistência técnica e extensão rural informal, solidária e independente da burocracia estatal, que possibilitou formar os trabalhadores assentados para enfrentarem os desafios da pequena produção rural agroecológica e cooperada. Como observou Melo (2019), percorrendo as trilhas institucionalmente traçadas para realizar o projeto de assentamento, os trabalhadores assentados valeram-se de diferentes “*estratégias identitárias*” ao se depararem com as ambiguidades das relações formais e informais vivenciadas no cotidiano, com a imprevisibilidade das situações colocadas pelos inúmeros acordos firmados com diferentes agentes sociais e o desenvolvimento da necessária criatividade para lidar com eles, com a processualidade sempre inacabada que é a construção de um assentamento como lugar de trabalho e vida.

Estes ganhos sugerem que o território não só se configurou objetivamente para os assentados como uma forma de reivindicar direitos à reprodução da vida a partir do trabalho como, subjetivamente, possibilitou o aprendizado de novas formas de viver na terra e em comunidade, reconstruindo vínculos e elevando a autoestima.

Frequentemente, os depoimentos atribuíam a transformação da autoestima também ao papel-chave desempenhado pelo MST, que é reconhecidamente um agente de “*revitalização psíquica*” (Domingues, 2016) na trajetória dos trabalhadores rurais. A participação no movimento social, para muitos, tornou-se a referência de condutas ético-políticas que foram fragmentadas pelas vivências de exclusão e não-reconhecimento. São nestas disputas que as trajetórias sociais em uma dada condição de existência se deslocam, se estendem e se recompõem, como afirma Acselrad (2011), para construir horizontes e expectativas de vida distintas daquelas que historicamente vulnerabilizam os sujeitos.

Por outro lado, os fatores político-institucionais, decisivos no fornecimento de uma base segura aos novos projetos de vida nos assentamentos, caracterizaram-se pela ambiguidade em torno das responsabilidades e processos decisórios desde a oficialização. Oriundas de uma arquitetura ministerial complexa, em que há grande descompasso na ação dos diferentes órgãos governamentais na aplicação dos recursos, as respostas institucionais revelavam a sobreposição de projetos marcados por propostas inovadoras e restritivas. De fato, as fronteiras entre abordagens mais democráticas ou conservadoras na política de reforma agrária brasileira eram bastante borradas (Carter, 2015).

Os assentamentos rurais brasileiros, institucionalmente, são criados na forma de projetos que são geridos pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão do governo federal responsável por articular um conjunto de políticas públicas, específicas ou não para os projetos de reforma agrária, até que se consolidem e sejam emancipados. Nos casos investigados, por exemplo, os trabalhadores firmaram o compromisso formal e inédito, naquele território, de gerir coletivamente as áreas e trabalhar na agricultura de modo cooperado e agroecológico ao serem assentados. Em contrapartida, o Estado assumiu a responsabilidade de implantar um conjunto de políticas públicas nos assentamentos, como a abertura de estradas, construção de casas, instalação de rede de distribuição de água e energia elétrica, e o fornecimento de créditos para a produção agrícola e a regulação de canais seguros de comercialização, buscando equacionar as questões econômicas e sociais.

Do mencionado conjunto, as políticas de créditos e de comercialização têm importância crucial porque trata-se de produtores que, além de descapitalizados, nem

sempre têm acesso ao mercado ou participam de um mercado informal e marginal. No caso dos assentamentos rurais brasileiros não se pode dizer que essas políticas não existiram. O problema reside na crescente diminuição dos recursos concedidos que é incompatível com as exigências tecnológicas que a produção rural requer, mesmo quando agroecológica; no excesso de burocracia que dificulta o acesso aos recursos; na dificuldade que possuem as cooperativas para organizar projetos coletivos que otimizem a aplicação dos poucos recursos; no descompasso existente entre o tempo necessário para a concessão dos recursos e o calendário agrícola que é regulado pelo regime de chuvas e condições ambientais que, raramente, estão sob o controle dos produtores. O mesmo se pode dizer sobre as políticas de comercialização da produção que são igualmente burocráticas e nem sempre acessíveis. Resulta que somente os produtores mais fortes sobrevivem e uma parcela significativa dos que dependem da produção e comercialização agropecuária acabam endividados e, não raramente, recorrem ao assalariamento para sobreviverem e manterem-se no lote de terra. As políticas de comercialização foram, tardiamente, criadas e implantadas e, quando começaram a criar algumas condições objetivas para formar redes de comercialização seguras, a virada na condução do país representada pela ascensão da extrema direita ao poder significou um corte drástico nos recursos governamentais investidos na manutenção dos mercados institucionais que absorviam a pequena produção agrícola dos assentamentos rurais.

Passada mais de uma década de existência formal dos projetos, as obrigações públicas fundamentais como fornecer infraestrutura para o saneamento básico e o abastecimento de água potável e para irrigação ainda não foram cumpridas.

O acesso à água é um dos problemas mais crônicos dos assentamentos por todo o Estado de São Paulo não só porque envolvem questões estruturais, como também incluem mecanismos legais para a deliberação da política de recursos hídricos dos quais os trabalhadores não participam, mas que impactam diretamente suas realidades, conforme argumentam Arbarotti e Martins (2022). No assentamento Sepé Tiaraju, a rede de água foi construída provisoriamente pelos próprios assentados com materiais disponibilizados pelo poder público após um longo processo de pressão da comunidade. A “*luta da água*”, expressão encontrada em alguns relatos, resgatava a memória dos protestos organizados pelos assentados em frente à sede da

autarquia de águas do município para cobrar o cumprimento dos acordos. Segundo depoimentos, desde a oficialização do assentamento foram “*praticamente cinco anos sem água*”. Dez anos depois, em 2019, o encanamento improvisado permanecia como a principal forma de abastecimento dos lotes, gerando desigualdades no acesso à água e conflitos entre os moradores: “*A água não vem para a gente. Está tudo na base de mangueira, o certo seria encanamento e eles falam que a gente não pode fazer poço*”. A fala do assentado remetia aos enquadramentos legais para o uso da água, que poderia penalizá-los ao fazerem uso tido como irregular.

Sem recursos financeiros para investir na produção, sem água e sem a fiscalização das pulverizações aéreas de fertilizantes e agrotóxicos realizadas pelas usinas nos canais do entorno, que atingiam e matavam as lavouras e os animais dos assentados – outro compromisso não cumprido pelo Estado — a produção com autonomia ficava comprometida, sobretudo em se tratando de “*levantar a agrofloresta do zero*”, como se referia um morador à obrigação de realizar a produção agroecológica em condições de solo degradado pela monocultura da cana. Outros depoentes afirmavam que o acesso adequado à água contribuiria para consolidar este sistema produtivo no assentamento, viabilizando a comercialização dentro e fora dos mercados de compras públicas de alimentos e garantindo “[...] *renda estável para dar conforto para a família*”. Em razão disso, uma opinião comum entre os assentados era de que a agroecologia não poderia ser implantada com dispositivos institucionais que penalizassem apenas os pequenos. Não negavam a importância e a urgência da adoção de práticas conservacionistas e de medidas restritivas do uso abusivo dos recursos naturais, mas entendiam que elas deveriam ser aplicadas pelo conjunto dos produtores rurais e não apenas pelos grupos historicamente vulnerabilizados pelas injustiças ambientais.

J. C. Gonçalves (2015), ao analisar em que medida os princípios da eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica concretizavam-se em dois assentamentos rurais localizados na região de Ribeirão Preto, concluiu que os projetos se encontravam em uma encruzilhada. Ao mesmo tempo em que havia avanços sociais também emergiam entraves, sobretudo, na dimensão ecológica devido, principalmente, à ausência de saneamento básico, à falta de acesso aos recursos hídricos e aos necessários improvisos para produzir nessas condições, a

vizinhança com o agronegócio da cana que utiliza agrotóxicos e fertilizantes em pulverizações aéreas, entre outros. Por esses motivos, o autor classificou a modalidade de assentamento rural fundamentada no conceito de desenvolvimento sustentável como uma retórica ambiental.

As tensões em torno das políticas de infraestrutura esbarravam, ainda, em outra dimensão crucial da consolidação dos projetos socioeconômicos nos assentamentos: os contraditórios processos que envolvem a regularização fundiária. Anos após a oficialização das áreas, os trabalhadores encontravam limites para produzir e acessar outros recursos por não possuírem os documentos que garantem a posse coletiva da área. Esta questão explicava o desânimo da comunidade pela incerteza de que os seus descendentes poderiam usufruir a terra e os investimentos feitos, segundo um depoimento: “*Tudo que nós conquistamos não temos nada sólido. Pode vir alguém e falar: ‘vou bagunçar e acabou, porque vocês não têm o documento’*”. Aqui, ressaltamos que não se trata de conceder um documento de propriedade individual aos assentados. A titulação individual foi, inclusive, uma estratégia defendida pela administração de Jair Bolsonaro com o objetivo de desmontar a política de reforma agrária (Fernandes *et al.*, 2020). Ao receber o título de propriedade individual, as famílias precisam pagar de 10% a 20% do valor da terra desapropriada, podendo vendê-la após seis meses. Consequentemente, tanto elas quanto o território e os recursos naturais estariam mais expostos aos riscos da especulação imobiliária e a pressão dos grandes proprietários de terra do entorno. O título definitivo de posse coletiva, ao contrário, mantém as terras sob domínio público, prevê a herança aos herdeiros e proíbe a venda, impedindo a realocação das terras desapropriadas no mercado e garantindo aos assentados maior segurança, conforme argumentam S. Engelmann e G. Hackbardt (2021) em publicação oficial do MST.

Selecionamos estes exemplos para ilustrar como a vulnerabilidade não se refere apenas sobre o modo com que os mecanismos institucionais atuam para desestabilizar ou reproduzir as desigualdades de apropriação material dos recursos no território. Ela é, também, de ordem simbólica, pois diz respeito às categorias que “[...] *legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital*” (Acsehrad, 2004, p. 34). Neste caso, importa não apenas as respostas do Estado como também a ação de outros atores políticos e econômicos do

território, como o agronegócio canavieiro, que segue atuando de forma decisiva na alocação de determinados recursos. Por exemplo, enquanto as formas de apropriação e exploração pela produção sucroalcooleira são vistas como legítimas na lógica econômica dominante, o reconhecimento dos direitos dos assentados é, constantemente, afetado por critérios ambíguos e injustos do que seria um uso sustentável ou irregular dos recursos.

Com isso, cada família recorria a diferentes estratégias e arranjos para garantir a sobrevivência. A maioria destas estratégias envolvia a inserção no mercado de trabalho urbano e/ou rural, formal ou informal, geralmente temporários, para complementar a renda familiar, obter um recurso adicional para investir na produção agrícola, sanar dívida ou emergência financeira, entre outros motivos. Assim, o trabalho precário seguia como a marca distintiva das trajetórias sociais dos assentados pois, mesmo após o processo de oficialização dos assentamentos, permaneciam em um constante ir e vir entre assentamento, pequenas cidades e grandes centros urbanos do entorno na busca pela sobrevivência. Os mais jovens, cujo processo de escolarização era realizado nas cidades do entorno, precocemente estabeleciam relações com o mundo e o trabalho urbano de modo que se colocava com nitidez o problema da sucessão da posse da terra e da continuidade do projeto familiar de viver no campo. Para Bourdieu (1998) e Castel e Haroche (2001), trata-se de um modo de vida caracterizado por uma situação geral de escassez de recursos materiais e simbólicos, pela ausência de condições que permitam ao sujeito viver com segurança e ser ativo no mundo.

Não por acaso, os assentados frequentemente expressavam um sentimento de desamparo e de impotência diante da impossibilidade de projetar o futuro. Isso, sobretudo, afetava o processo organizativo do grupo que, aos poucos, vinha perdendo a unidade política em torno das práticas cooperativas e, cada vez mais, investia nas ações individuais. Mais especificamente, essa condição implicava diretamente o funcionamento das associações e cooperativas locais que, por lei, são a via institucional de acesso aos recursos para produzir e para comercializar a produção. No âmbito público, a fragilização da ação organizada dos sujeitos para regular o funcionamento social e garantir o cumprimento dos direitos sociais no assentamento sublinham um dilema marcante do processo de vulnerabilização:

a constituição de sujeitos coletivos é fundamental na transformação das suas capacidades de defesa, mas desde que confrontadas com “[...] *as obrigações públicas que lhes são devidas como diretos*” e *que devem, em primeiro lugar, ser cobradas* [...]” (Acselrad, 2011, p. 2). Assim, o conflito que aparece é mais do que a suscetibilidade indiferenciada dos sujeitos às condições de insegurança, mas, sim, uma trama processual marcada por injustiças históricas e lutas pela afirmação de dignidade.

Conclusões

Neste capítulo, argumentamos que as trajetórias sociais dos trabalhadores assentados em território do agronegócio canavieiro sugerem uma complexa articulação entre ganhos e perdas quando verificamos as dinâmicas de desestabilização e reprodução da vulnerabilidade. Entendida desde um ponto de vista relacional e processual, a vulnerabilização neste caso foi, sobretudo, reconfigurada pelas possibilidades de enraizamento. Ter moradia fixa, segurança alimentar e sentido de autonomia na forma de organizar o trabalho na agricultura foram conquistas fundamentais para quem antes vivia migrando em busca de trabalho. Por outro lado, as assimetrias das decisões político-institucionais para a implantação e desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária e as dificuldades organizativas somavam-se a um processo que os faziam recorrer ao mercado de trabalho urbano, especialmente o informal e precário. Consequentemente, estas dinâmicas afetavam a lógica do controle social, comprometendo a transformação das desigualdades historicamente reproduzidas nos territórios rurais brasileiros. Enquanto os assentados, em diferentes momentos, organizaram-se politicamente para exigir do Estado seus direitos e desafiar o domínio do agronegócio canavieiro, o suporte paliativo das políticas públicas, por sua vez, também falhou em lidar com questões sistêmicas, desmobilizando a articulação organizativa e fragilizando os vínculos sociais necessários para o processo de emancipação.

As análises das trajetórias sociais revelam, portanto, que os sujeitos ocupam um lugar contraditório no processo organizativo dos territórios. Entre perdas e ganhos para os trabalhadores rurais assentados, o processo organizativo desses assentamentos

segue o seu curso sem que, neste momento da história do país, se possa prever os rumos da reforma agrária sempre tão desejada, mas nem sempre realizada em favor dos Sem-Terra. O processo de destruição do aparato institucional que dava suporte às recentes políticas propulsoras da agricultura familiar e agroecológica e a redução sistemática de investimentos na política de reforma agrária recoloca em questão riscos ainda mais substanciais do que os já vivenciados pelos sujeitos no cotidiano. Que papel elas terão em um contexto político que não só descarta a reforma agrária como forma de desafiar os processos de vulnerabilização, como elege publicamente a sua população como o inimigo? Entre as disputas que reconfiguraram o campo de forças dominantes sobre o território e o controle social da força de trabalho rural, ainda há um longo caminho em direção à ruptura da (crônica) desigualdade e a vulnerabilidade dos sujeitos em relação às formas de acesso e apropriação dos recursos, à geração de trabalho e segurança social.

Referências bibliográficas

- Acselrad, H. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In Acselrad, H. *et al.* (Orgs.). *Conflitos Ambientais No Brasil*. Relume Dumará, Rio de Janeiro-RJ, 13-35.
- Acselrad, H. (2006). *Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE*, n.º 25, Rio de Janeiro-RJ.
- Acselrad, H. (2010). Mapeamentos, identidades e territórios. In Acselrad, H. (Org.). *Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais. Marcos Para o Debate*. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 9-45.
- Acselrad, H. (2011). Lógicas e práticas sócio-políticas que ampliam a vulnerabilidade social: o papel da pesquisa. *II Seminário Nacional de Psicologia em Emergências e Desastres*. Brasília. Anais... Conselho Federal de Psicologia, p. 1-7.
- Acselrad, H. (2013). O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, vol. 11, no. 32, Rio de Janeiro-RJ, 115-129.
- Alves, F. J. da C. (2006). Por que morrem os cortadores de cana? *Saúde & Sociedade*, vol. 15, no. 3, São Paulo-SP, 90-98.
- Angelucci, T. C. (2008). *O espaço da cultura na luta pela terra. Meandros do Encontro Nacional de Violaieiros*. (Monografia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 70 p.
- Arbarotti, A. E., Martins, R. C. (2022). Água, cultura e política em assentamentos rurais no Brasil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, vol. 12, no. 1, São Carlos-SP, 71-93.
- Baccarin, J. G. (2016). *A indústria abarca a cana-de-açúcar e corta rente o trabalho volante: mudanças tecnológicas recentes na lavoura canavieira e impactos na ocupação agrícola no estado de São Paulo (Tese de Livre Docência)*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Jaboticabal-SP, 190 p.

- Barbalho, M. G., Campos, A. B. (2010). Vulnerabilidade natural dos solos e águas do estado de Goiás à contaminação por vinhaça utilizada na fertirrigação da cultura de cana-de-açúcar. *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 30, no. 1, Goiânia-GO, 155-170.
- Bourdieu, P. (1998). A precariedade está hoje por toda a parte. In Bourdieu, Pierre (Org.) - *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*, 119-127. Rio de Janeiro-RJ, Jorge Zahar Ed.
- Bourdieu, P. (2008). *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (9ª. Ed), Papirus, Campinas-SP, 224 p.
- BRASIL (2022a). Conab - Companhia Nacional de Abastecimento (2022). *Acompanhamento da safra brasileira de cana-de-açúcar*, vol. 9, no. 1, Brasília – DF, 58p.
- BRASIL (2022b). Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação. Protocolo Disponível: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf> [01/07/2022].
- Brown, Pa. (2020). *On Vulnerability: A Critical Introduction* (1st ed.), London-, Routledge, 200p.
- Carter, M. (2015). *Challenging social inequality: The landless rural workers movement and agrarian reform in Brazil*, Duke University Press, Durham-NC, 544p.
- Castel, R., Haroche, C. (2001). *Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi: entretiens sur la construction de l'individu moderne*, Paris-FR, Fayard, 210 p.
- Collins, P. H. (1986). Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought. *Social Problems*, vol. 33, no. 6, Oxford-UK, 14–32.
- D’Incao e Mello, M. da C. (1978). *O boia-fria: acumulação e miséria* (9ª. Ed), Editora Vozes, Rio de Janeiro-RJ, 154p.
- Domingues, E. (2016). Militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): um olhar psicanalítico. *Ágora*, vol. 19, no. 3, Mafra- SC, 663-680.
- Eid, F., Scopinho, R. A., Vian, C. E. de F., Silva, P. R. (1998). Automação microeletrônica e impactos na organização do trabalho na indústria sucroalcooleira. *Produto & Produção*, vol. 2, no. 2, Florianópolis-SC, 63-68.
- Engelmann, S., Hackbardt, G.(2021). Titulação de Bolsonaro quer deixar famílias assentadas sem-terra novamente. MST. Protocolo disponível em: <https://mst.org.br/2021/10/05/titulacao-de-bolsonaro-quer-deixar-familias-assentadas-sem-terra-novamente/> [29/08/2022].
- Fernandes, B. M., Cleps Junior, J., Sobreiro Filho, J., Leite, A. Z., Sodré, R. B., Pereira, L. I.(2020). A questão agrária no Governo Bolsonaro: Pós-fascismo e resistência. *Caderno Prudentino de Geografia*, vol. 4, no. 42, Presidente Prudente-SP, 333-362.
- Ferrante, V. L. S. B., Bergamasco, S. M. P.(1995). *Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo* (Relatório de Pesquisa). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara-SP. 270p.
- Gonçalves, J. C. (2015). *Desenvolvimento sustentável e questão agrária: retóricas e realidades em movimento* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 210p.
- Gurgel, A. do M., Souto, A., Guedes, C., Guedes, G., Pereira, J.A. dos S., Bezerra, V. (2022). Espelho sem reflexos: Conflitos e vulnerabilidades socioambientais em uma região produtora de cana-de-açúcar. *Ciência & Saúde Coletiva*, no. 27, Rio de Janeiro-RJ, 1049–1060.
- Haesbaert, R. (2020). Território(s) numa perspectiva latino-americana. *Journal of Latin American Geography*, vol. 19, no. 1, Austin-TX, 141–151.
- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, vol. 14, no. 3, Califórnia-CA, 575-599.
- Ianni, O. (1976). *A classe operária vai ao campo*, Editora Brasiliense, São Paulo-SP, 63p.
- Jones, T. (2020). Xenophobia in Spite of Citizenship: Seasonal Migrant Workers in Brazil. *A Contracorrente: Uma Revista de Estudos Latinoamericanos*, vol. 17, no. 2, Raleigh-NC, p. 54–68.

- Jordão, C. de O., Moretto, E. M. (2015). A vulnerabilidade ambiental e o planejamento territorial do cultivo de cana-de-açúcar. *Ambiente & Sociedade*, vol. 18, São Paulo-SP, 75–92.
- Lima, J. R. T. (2020). “É doce, mas não é mole, não!”: representações sociais dos canavieiros alagoanos sobre o processo de “modernização” agrícola (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 308p.
- López Sandoval, M. F., Robertsdotter, A., & Paredes, M. (2017). Space, Power, and Locality: The Contemporary Use of Territorio in Latin American Geography. *Journal of Latin American Geography*, vol. 16, no. 1, Austin-TX, 43–67.
- Marques, R. S. S. (2012). *Qualificar é preciso? Um estudo sobre a política de qualificação profissional em unidades sucroalcooleira do Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba-MG (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 138p.
- Melo, T. G. de (2019). *Desenvolvimento rural, trabalho cooperado e subjetividades: a trajetória de cooperação do Assentamento Sepé Tiaraju (Tese de Doutorado)*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 275p.
- Novaes, J. R. P. (1991). *Califórnia à brasileira*. Protocolo disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=tsE5xgNBhYQ> [29/08/2022].
- Novaes, J. R. P. (2007). Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas. *Estudos Avançados*, vol. 21, no. 59, São Paulo,-SP, 167-177.
- Oliveira, F. (1986). *Elegia para uma (re)ligião. Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes* (6ª ed.), Paz e Terra, Rio de Janeiro-RJ, 137p.
- Pedrazolli Filho, F. (2015). *A valorização dos desvalorizados: (des)encontros entre luta pela terra e cultura caipira no nordeste paulista (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 131 p.
- Pereira, M. F., Beiler, R. R. (2020). A vulnerabilidade das “cidades da cana” no Triângulo Mineiro, MG, Brasil: Os efeitos territoriais do encerramento das atividades de usinas sucroenergéticas. *Terr Plural*, vol. 14, Ponta Grossa-PR, 1–17.
- Pinheiro, S. de A. (1989). Surto de sarampo em trabalhadores rurais. *Revista Medicina*, vol. 22, no.1-2, Ribeirão Preto-SP, 19-27.
- Pinheiro, S. de A. (1992). *Estudo do processo trabalho–desgaste em trabalhadores de destilarias de álcool* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-SP, 195 p.
- Rezende, J. R. (2007). *O encontro do saber técnico, da formação política e da cultura popular no Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara, em Ribeirão Preto-SP (Monografia)*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 51p.
- Rocha, F. L., Marziale, M. H., & Robazzi, M. L. (2007). A pobreza como fator predisponente ao adoecimento de trabalhadores do corte da cana-de-açúcar. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, vol. 15, Ribeirão Preto-SP, 736–741.
- Rocha, F. L., Marziale, M. H., Robazzi, M. L., Gabriel, C. S. (2010). Perfil de adoecimento de trabalhadores rurais no interior do estado de São Paulo. *Ciência, Cuidado e Saúde*, vol. 9, no. 4, Maringá-PR, 713-720.
- Rodrigues, G. S.de S. C., Ross, J. L. S. (2020). *A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental*, Uberlândia-MG, EDUFU, 272 p.
- Roscani, R., B., D., Maia, P., Ruas, A. (2017). Risco de exposição à sobrecarga térmica para trabalhadores da cultura de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 33, Rio de Janeiro-RJ, e00211415.
- São Paulo (2022). ITESP – Fundação Instituto de Terras do estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. https://www.itesp.sp.gov.br/?page_id=3497. Consultado em 01/07/2022.
- Santos, C. dos (2017). *A construção social do meia-sola: trabalho, pobreza e o Programa Bolsa Família na zona da mata canavieira de Alagoas*, FAPEAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, Maceió-AL, 308p.

- Santos, M.(1997). *Espaço e método* (4ª ed.).Editora Nobel, São Paulo-SP, 88 p.
- Scopinho, R. A., Eid, F., Vian, C. E. F., Silva, P. R. C. da (1999). Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 5, no. 1, Rio de Janeiro-RJ, 147-161.
- Scopinho, R. A. (2003). *Vigiando a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total*, Fapesp: Editora Annablume, São Paulo-SP, 284 p.
- Scopinho, R. A. (2012). *Processo Organizativo de Assentamentos Rurais*, Fapesp: Editora Annablume, São Paulo-SP, 348 p.
- Silva, M. A. de M. (2005). Trabalho e trabalhadores na região do “Mar de Cana e do Rio de Álcool.” *Agrária (São Paulo. Online)*, no. 2, São Paulo-SP, 2–39.
- Sousa, I. F. de. (2010). *A construção social dos riscos sócio-ambientais causados pelo processo produtivo convencional de cana-de-açúcar um estudo de sustentabilidade sócio-ambiental (Dissertação de Mestrado)*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 165 p.
- Sultana, F. (2022). Critical climate justice. *The Geographical Journal*, vol. 188, no. 1, London-UK, 118 p.
- Szmrecsányi, T., Moreira, Ed. P. (1991). O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial. *Estudos Avançados*, v. 11, no. 5, São Paulo-SP, 57-79.
- Valencio, N., Siena, M., Marchezini, V. (2011). *Abandonados nos desastres: Uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*, Conselho Federal de Psicologia, Brasília, 160 p.

CONCLUSÃO

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, NICIF, RISCOS e CEIS20 (Portugal)
Faculdade de Letras, Departamento de Geografia e Turismo
ORCID: 0000-0003-3927-0748 velezcastro@fl.uc.pt

A interdisciplinaridade que caracteriza esta obra, permitiu uma leitura dos “*Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*”, com base em visões epistemológicas, metodológicas e analíticas diferenciadas. Sendo esse o espírito da RISCOS, pretendeu-se induzir nas leitoras e nos leitores, inquietações que fazem parte dos territórios vividos por populações expostas a potenciais situações de risco e catástrofe. Nesse sentido, pode-se assumir a existência de quatro grandes núcleos de conteúdos neste livro.

O primeiro diz respeito à relação bidirecional entre a questão da pobreza e do conflito, assim como a discussão estabelecida em torno do estabelecimento do que se entende ser o perfil das denominadas populações vulneráveis. Para isso, tenta-se estabelecer quadros de compreensão da vulnerabilidade como fenómeno social, associada a determinados contextos físicos e humanos de fragilidade. O segundo núcleo de conteúdo entreliga a problemática do risco, da vulnerabilidade, e da catástrofe e das medidas compensatórias, dando a conhecer visões diferenciadas a partir do direito, da sociologia, da economia e das finanças (seguradoras). O terceiro refere-se à realidade portuguesa, tendo em conta casos particulares que estão na ordem do dia, no que concerne à discussão pública de temas urgentes como os incêndios florestais, a gentrificação e turistificação de áreas urbanas, e participação cívica. Por último o quarto núcleo de conteúdos versa a realidade da América Latina, em especial da Colômbia e do Brasil, discutindo-se a temática da vulnerabilidade em grupos populacionais particulares, como é o caso das mulheres afrodescendentes, catadoras e catadores de lixo, trabalhadoras e trabalhadoras rurais e contextos sociais de pobreza.

A partir das conclusões e recomendações inerentes a todos os trabalhos aqui apresentados, pretende-se continuar a desenvolver investigação na área dos riscos antrópicos, em especial na dimensão social, ligando a Academia, os Operacionais, a Sociedade e a Escola, numa lógica contributiva não só para a compreensão, como também para a prevenção e mitigação de contextos de risco.

(Página deixada propositadamente em branco)

SÉRIE
RISCOS E CATÁSTROFES

Títulos Publicados:

- 1 *Terramoto de Lisboa de 1755. O que aprendemos 260 anos depois?*
- 2 *Sociologia do Risco;*
- 3 *Geografia, paisagem e riscos;*
- 4 *Geografia, cultura e riscos;*
- 5 *Alcáçache. 30 anos depois;*
- 6 *Riscos e crises. Da teoria à plena manifestação;*
- 7 *Catástrofes naturais. Uma abordagem global;*
- 8 *Catástrofes antrópicas. Uma aproximação integral;*
- 9 *Catástrofes mistas. Uma perspetiva ambiental;*
- 10 *Contribuições da Geografia para o Ensino dos Riscos;*
- 11 *Contributos da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis.*

Tomos em preparação:

- 12 *Contributos da Formação para a Redução do Risco;*
- 13 *Os Riscos e a Energia;*
- 14 *Contributos da Ciência para a Redução do Risco;*
- 15 *Riscos antrópicos e geopolítica.*

(Página deixada propositadamente em branco)

RISCOS
E CATÁSTROFES



I|U **IMPRENSA DA**
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS